

RBEMF

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
MONETÁRIA E FINANCEIRA

Volume 3 | Número 1 | 2025

Inflação tem raça?

A construção do IPCA por raça a partir da POF 2017-
2018

Sofia Helena De Oliveira Nery

Inflação tem raça? A construção do IPCA por raça a partir da POF 2017-2018

Sofia Neri

Estudante de Mestrado do Instituto de Economia - UFRJ

sofiahelenanery@gmail.com

Resumo

O trabalho pretende avaliar as diferenças entre as cestas de consumo de brancos e negros e entender o seu comportamento com a flutuação da inflação. A pergunta que se busca responder é: dada a composição social brasileira, famílias negras e brancas são afetadas da mesma forma pela inflação? Com o objetivo de responder tal questão, se construirá um índice de inflação por raça a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-18 (POF 2017-18). A construção da cesta de consumo por raça foi feita com a mesma metodologia do IPCA, de forma que os resultados são comparáveis às séries históricas publicadas a partir de janeiro de 2020.

Palavras-chave: Inflação; Desigualdade racial; Impacto distributivo

Abstract

The purpose of this paper is to assess the differences between the basket of goods and service of whites and blacks and to understand how they behave with fluctuations in inflation. The question we are trying to answer is: given Brazil's social composition, are black and white families affected in the same way by inflation? In order to answer this question, an inflation index by race will be constructed based on the 2017-18 Household Budget Survey (POF 2017-18). The construction of the basket of goods and service by race was done using the same methodology as the IPCA, so the results are comparable to the published historical series.

Keywords: Inflation; Racial inequality; Distributive impact

Introdução

A inflação é um tema amplamente discutido no debate econômico. Entender os determinantes desse processo é relevante, mas compreender e evidenciar os diferentes impactos deste sobre a população, é primordial. Este estudo busca mobilizar instrumentos para quantificar a diferença do impacto inflacionário sobre brancos e negros com foco no caráter distributivo da inflação.

A inflação não é um fenômeno homogêneo, podendo ter origens distintas e impactos diferenciados sobre os estratos da sociedade. A origem da inflação é um assunto bastante rico e amplamente discutido por diversas escolas de pensamento econômico. Mas genericamente, é possível definir que pressões na oferta, conflito distributivo ou excesso de demanda são as causas principais do aumento dos níveis de preços. O impacto da inflação depende da composição dos custos/gastos de cada indivíduo e empresa. Os impactos inflacionários nos diferentes setores produtivos dependem da sua composição de custos. De forma consonante, o impacto dos aumentos dos níveis de preços sobre o indivíduo depende da composição da sua cesta de consumo.

A composição da cesta de consumo, ou seja, os bens que o indivíduo escolhe consumir depende de sua renda disponível. Pessoas com rendas restritas tendem a gastar parcelas maiores de sua renda em insumos básicos para sobrevivência, ao contrário de famílias ricas que possuem cestas de consumo mais diversificadas. Não é difícil perceber que a inflação em alimentos, por exemplo, acaba por impactar diretamente famílias mais pobres, que passam a gastar parcelas cada vez maiores de sua renda em insumos básicos à sobrevivência. De forma similar, o aumento de preços de passagens aéreas afeta mais as famílias de renda elevada do que quem ganha menos e possui uma cesta de consumo mais restrita. É exatamente o impacto inflacionário diferenciado sobre os indivíduos o principal foco da presente pesquisa. Especificamente, buscamos evidenciar o caráter racial do impacto inflacionário, ou seja, a pergunta que se busca responder é: dada a composição social brasileira, famílias negras e brancas são afetadas da mesma forma pela inflação?

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, o trabalho assim se apresenta. Na primeira seção será feita uma breve resenha sobre as causas da inflação para a escola Monetarista, Keynes e Novos Keynesianos e a teoria do Conflito Distributivo. Na segunda seção serão evidenciados os impactos diferenciados da inflação sobre a sociedade. Uma investigação setorial e por classe expõe como a inflação de diferentes origens pode impactar a economia de formas complexas e diferenciadas. Em seguida é feito um pequeno estudo de caso sobre a questão racial no mercado de trabalho brasileiro buscando expor como a composição da cesta de consumo de brancos e negros pode ser diferente a partir da composição da sua renda levando a distintos impactos inflacionários sobre tais cestas. Por fim, apresentam-se algumas conclusões.

1. Inflação: causas e impactos

De forma geral, pode-se definir a inflação como o aumento sistemático do nível de preços e a consequente perda de poder de compra por parte da população (IBGE, 2019). A taxa de inflação, divulgada pelos Bancos Centrais, mede a média do crescimento dos preços de uma determinada cesta de consumo em um recorte temporal específico (mês, trimestre, ano).

As causas e impactos do aumento do nível de preços são objeto de discussão desta seção. Diferentes escolas de pensamento mobilizam argumentos diferentes para explicar as origens desse processo. De forma simplificada, identifica-se duas origens principais para a inflação: restrições na oferta, conflito distributivo ou excesso de demanda agregada.

1.1 - Teoria de inflação - Monetaristas

A escola de pensamento monetarista foi a que lançou a corrente de pensamento de maior destaque no debate econômico mainstream durante a segunda metade do século XX. O principal expoente do monetarismo clássico é Milton Friedman, ganhador do prêmio Nobel de economia. Essa corrente de pensamento estuda a economia a partir de um estado estacionário, onde o equilíbrio macroeconômico é atingido com o equilíbrio geral microeconômico. Segundo Snowdon e Vane (2005) este modelo tem como principal conceito a taxa natural de desemprego. Essa taxa é que materializa o ponto de equilíbrio Pareto eficiente, onde todos os agentes maximizam as suas utilidades e há o pleno emprego dos fatores de produção. A taxa natural de desemprego é composta pelo desemprego voluntário e o desemprego friccional. Nessa visão, todos que desejam trabalhar ao nível vigente de salário estão alocados, com exceção dos voluntariamente desempregados ou dos que estão se recolocando. Essa ideia é alicerçada pela hipótese de flexibilidade de preços e salários, que no médio prazo, tendem ao equilíbrio. Ou seja, no médio prazo a demanda por trabalho é igual à oferta por trabalho, o que garante a funcionalidade do modelo. A taxa natural de desemprego é determinada pela estrutura e institucionalidade do mercado de trabalho. Ou seja, no longo prazo, com mudanças legislativas estruturais e/ou institucionais, é possível alterar o patamar da taxa natural.

O trade-off entre desemprego e inflação é outro ponto importante para o Monetarismo e é descrito pelo mecanismo da Curva de Phillips aceleracionista. Essa curva, em sua versão original, demonstra uma relação inversa e relativamente estável entre salários nominais e o nível de desemprego. Friedman, buscando refinar esse mecanismo, cunha a Curva de Phillips aceleracionista, onde a relação entre desemprego e inflação dos salários nominais foi substituída pelo índice de preços da economia e a taxa natural de desemprego. A tentativa de manter o desemprego abaixo da taxa natural leva, nesse contexto, à aceleração da inflação e não simplesmente à inflação. (SANTOS et al, 2020). Além disso, outro elemento teórico importante no modelo de Friedman, foi a inclusão das expectativas de inflação. A partir de tal arcabouço teórico, Friedman pontua que o trade-off entre inflação e desemprego identificado pela Curva de Phillips original ocorre apenas no curto prazo, pois apesar do salário nominal ser definido no momento da negociação entre trabalhadores e capitalista, o que importa é o salário real. Por conta da necessidade de encontrar as variações dos salários reais, é que se incorpora no modelo as expectativas de inflação como componente determinante para a determinação do nível de preços da economia.

A existência de diferenças entre o aumento na taxa de inflação atual e a taxa de inflação esperada permite a redução da taxa de desemprego abaixo do nível natural (Snowdon e Vane, 2005) no curto prazo. Quando a inflação é totalmente antecipada pelos agentes, a economia converge à taxa natural de desemprego, com a taxa de expansão do nível de preços igual à taxa de expansão monetária.

Na ausência de intervenções monetárias por parte das autoridades, a taxa de desemprego da economia tende à taxa natural. Interferências estatais de ordem monetária no sentido de alterar o nível do produto ou emprego levam a economia a sair do estado de equilíbrio que converge a taxa natural. Modenesi (2005) aponta que, aos olhares monetaristas, a origem da inflação está no descompasso entre a emissão e a quantidade de moeda demandada pela economia. Para os monetaristas, toda inflação tem origem no excesso de demanda agregada. Assim, haverá inflação sempre que houver excesso de demanda, ou seja, sempre que a taxa de crescimento da oferta monetária supera a taxa real de crescimento do produto. Na visão dos seguidores de Friedman, a ilusão monetária está na base do descompasso entre a emissão e a quantidade de moeda demandada pela economia. Esse processo consiste na emissão de moeda pelo Banco Central de forma não antecipada pelos agentes econômicos, de forma a levá-los a interpretar essa variação como um aumento dos salários reais; porém, dado que o nível de preços está maior sem o

respectivo aumento no produto, o aumento nos salários só ocorreu de forma nominal. Essa percepção de elevação dos salários nominais que os agentes pensam ser real, chamada de ilusão monetária, leva a maior oferta de trabalho por parte dos trabalhadores, o que leva a taxa de desemprego a ficar abaixo do nível natural. Mas, a elevação do emprego se dá apenas no curto prazo. No longo prazo, a taxa de desemprego oscila em torno da taxa natural.

A escola monetarista entende que a moeda não é algo que interfere nas variáveis reais da economia, como produto e emprego. Logo a moeda é neutra no longo prazo. Para os monetaristas, a face monetária e a face real da economia são separadas. A inflação, portanto, é um fenômeno econômico meramente monetário. Dessa forma, caso os policy makers queiram manter o nível de emprego elevado às custas da ilusão monetária, é necessário que se emita quantidades crescentes de moeda que não sejam antecipadas pelos agentes econômicos. O que por sua vez, levaria a taxas crescentes de inflação.

Desse modo, na perspectiva monetarista o sistema econômico é inerentemente estável, tendendo ou estando sempre em equilíbrio. A partir de todos os argumentos apresentados, fica claro que não é possível e nem necessário criar políticas monetárias discricionárias que visem combater o desemprego ou incitar o crescimento econômico pela via da emissão monetária. A política monetária ganha o papel principal – o da estabilidade de preços. Para os monetaristas, a economia é inerentemente estável, e converge para o equilíbrio se não estiver sujeita a choques. Assim, não há necessidade de políticas econômicas ativas como forma de estabilizar o sistema econômico. A melhor forma de gerir a política monetária é através de regras. Friedman propôs uma regra simples de estabilidade do crescimento monetário aproximadamente condizente com o crescimento do produto potencial a fim de manter a estabilidade dos preços. Logo, a política monetária deve ser ditada por regras e sem espaço para discricionariedade. A ideia é assegurar um ambiente com estabilidade de preços para a tomada de decisão por parte dos agentes, que dessa forma maximizam suas utilidades e consequentemente a utilidade do todo.

1.2 - Teoria de inflação - Keynes e os Novos Keynesianos REVER SE ESTÁ OK

John Maynard Keynes revolucionou a forma de pensar a economia com a publicação de sua principal obra “Teoria Geral do emprego, juro e moeda” (1936). Em um contexto pós crise de 1929 onde os modelos econômicos baseados no laissez-faire e na concorrência perfeita não conseguiam traduzir a realidade, ele cunhou o seu pensamento. Keynes argumentou sobre a importância da demanda efetiva como força motriz do crescimento econômico. De maneira concisa, o autor é pioneiro da corrente de pensamento que defende a intervenção estatal em favor das falhas de mercado inerentes ao capitalismo, por meio de políticas fiscais e monetárias.

No vigésimo primeiro capítulo da “Teoria Geral do emprego, juro e moeda” (1936), Keynes disserta sobre a sua compreensão da teoria de preços da economia. O autor aponta que não é possível se cunhar uma teoria de preços separada de uma teoria da produção, dada a alta interação entre as variáveis. Keynes afirma que a moeda é o objetivo final da organização produtiva da sociedade e é a balizadora das decisões de alocações de recursos, uma vez que a produção é sempre objetivada para conseguir rendimentos maiores de moeda. Ou seja, na teoria keynesiana a moeda não é neutra, mas sim é uma peça central determinante do comportamento da economia (KEYNES, 2013, p. 268).

As expectativas são o elo que conecta o presente e o futuro na teoria keynesiana. As expectativas em relação aos rendimentos futuros é o que baliza as decisões dos empresários no presente. Nesse sentido, os preços são as medidas em moeda de tais remunerações em uma economia empresarial, e sua variação é o resultado direto da variação das expectativas de remuneração (ARAÚJO et al,

2017). Ou seja, para a teoria keynesiana clássica, a inflação é resultado indireto das expectativas dos agentes nesse cenário capitalista marcado por instabilidades e incertezas.

A existência de desemprego involuntário nesta análise torna a unidade salarial rígida (ARAÚJO et al, 2017). Mesmo que os empresários consigam proteger os seus lucros da corrosão inflacionária por meio da recomposição do mark-up e elevação dos preços, os trabalhadores não detêm o mesmo poder de barganha como na teoria Monetarista. Assim, aumentos na quantidade de moeda em circulação não necessariamente elevam os salários, (KEYNES, 2013, p. 270).

A partir desta proposição, podemos definir duas vertentes de inflação dentro do pensamento keynesiano: pressões na demanda e pressões de custos (ARAÚJO et al, 2017). A inflação por excesso de demanda ocorre quando há expansão da demanda agregada superior a renda de pleno emprego, criando um hiato inflacionário (MARQUES, 1987). Importante notar que esse caso só é possível quando se alcança os limites das capacidades produtivas da economia. Ou seja, uma economia com capacidade ociosa não teria como produzir inflação de demanda.

A outra possibilidade de inflação, está ligada aos choques na oferta que afetam diretamente os custos de produção. Davidson (2011), autor pós-keynesiano, enxerga cinco fontes principais para esse processo: retornos decrescentes, inflação de lucros, inflação de salários, inflação importada e inflação de commodities. A inflação de retornos decrescente é característica de um processo produtivo novo, onde não foram implementadas as inovações tecnológicas para alcançar as economias de escala. Ou seja, processos produtivos pouco eficientes condicionam a elevação de custos de produção, que por sua vez são repassados aos preços. É um fenômeno apenas de curto prazo, tendo em vista o aumento da produtividade com o aperfeiçoamento da função de produção.

A inflação de lucros se dá em um cenário de concentração do mercado, onde os empresários conseguem aumentar mark-up, aumentando seus preços sem perder participação de mercado. Inflação de salários ocorre quando o aumento salarial não é acompanhado pelo aumento da produtividade média da mão de obra. Essa inflação tende a se espalhar pelos setores da economia e a consequência desse processo é um aumento do nível de custos. Se a margem de lucros não for alterada, haverá aumento no nível de preços conforme os empresários optarem por traduzirem esse aumento de custos em aumento de preços. A inflação importada depende da taxa de câmbio e do grau de abertura da economia. Quanto maior o grau de abertura da economia, maior vai ser a influência de um aumento de preços nas importações no nível geral de preços. Choques na oferta que afetam diretamente os custos de produção e o nível de preços foram chamados de Inflação de Commodities, pois é frequente no mercado agrícola a quebra de safras que causam flutuações de preços.

O pensamento keynesiano perde espaço com a ascensão do pensamento monetarista, a partir da década de 1960. As ideias de Friedman e Lucas sobre neutralidade da moeda e de um mercado que tende ao equilíbrio se tornam centrais no mainstream da macroeconomia. No entanto, as suas proposições não se mostraram válidas empiricamente para responder questões latentes como o controle da inflação e a superação da estagnação. Assim, a partir do fim da década de 1980, surge um cenário de reavivamento, ainda que parcial, do pensamento de Keynes a partir da escola Novo Keynesiana.

Os autores novo-keynesianos aceitam a existência de falhas de mercado e de concorrência imperfeita. Há também a incorporação de fundamentações microeconômicas na teoria, como a adoção dos princípios das expectativas racionais, a racionalidade da maximização do bem-estar. Essas são claras influências da escola Novo-Clássica.

No modelo apresentado pelos Novos Keynesianos, o sistema de contratos em moeda está no núcleo da análise da inflação. São os contratos que fundamentam o comportamento dos agentes ao definir a remuneração dos fatores de produção nos períodos futuros, e a inflação corrói este

sistema. Então, em um cenário em que os agentes buscam maximizar seu bem-estar por meio das suas expectativas racionais, há uma clara dificuldade de transmitir as suas expectativas nos preços, dada a inflexibilidade inerente do sistema (BARROS et al, 2014).

Esse cenário é a expressão de uma falha de mercado. A impossibilidade dos agentes de recompor os preços e salários leva a tendência de nos próximos períodos, os agentes reduzam sua oferta de produtos e demanda por insumos para a produção, dando início a uma baixa cíclica da economia marcada pela deflação (AMORIM, 2002). A retomada do crescimento é alicerçada em ações de Estado que buscam corrigir a falha de mercado.

Assim, entendemos que os autores novo-keynesianos vêem que a política macroeconômica não é neutra, ao menos por um período de tempo considerável. Tais autores continuam atribuindo ao excesso de moeda como causa central da inflação. No entanto, as rigidezes que por vezes perduram são fundamentais para explicar a não neutralidade da moeda no curto prazo. De forma a garantir flexibilidade de mercado, é necessário mobilizar políticas monetária e fiscal para garantir o pleno desempenho do mercado. (MARTINS, I. P. G.; FARHI, M., 2011). Destaca-se o papel importantíssimo do Banco Central em garantir liquidez ao sistema, atuando de forma a evitar espirais deflacionárias.

Não há muito consenso sobre a política fiscal, mas alguns autores Novo-Keynesianos defendem que a política fiscal deve ser mobilizada de forma anticíclica, reduzindo incertezas e evitando que a economia entre em depressão. O gasto público é justificado em épocas de crise, onde políticas de transferência de renda ou diminuição da carga tributária, por exemplo, levam ao aumento da renda disponível para o consumo. Ao estimular o consumo em um ambiente de incertezas, o governo consegue balizar uma elevação do nível de preços em um cenário de salários rígidos, sem diminuição da demanda agregada e do produto. (MARTINS, I. P. G.; FARHI, M., 2011).

1.3 -Teoria de inflação - Conflito distributivo

Há outra vertente econômica que vê a origem da inflação a partir do conflito distributivo de renda na sociedade. A partir de 1960, o debate econômico se volta para a questão da distribuição funcional da renda entre lucros e salários. Os modelos que mais se destacaram neste contexto são os de Kalecki e de Garegnani. A hipótese principal destes autores considera que a remuneração dos fatores de produção é endógena na determinação no nível de preços da economia. (CAMPEDELLI et al, 2022).

A base teórica dessa corrente de pensamento é o modelo de Kalecki (1983). A hipótese básica do modelo kaleckiano é que o produto é determinado pela demanda. A demanda, em uma economia fechada e sem governo é composta por consumo capitalista e dos trabalhadores, com distintas propensões a consumir, sendo a propensão a consumir dos salários maior que a propensão a consumir dos lucros, e investimento. Há dois tipos de formação de preços. Preços determinados pela interação da oferta e demanda, tipicamente commodities, onde a elasticidade da oferta é baixa; e preços determinados por uma margem (mark-up) sobre custos diretos de produção. Nesse caso a oferta é elástica, tipicamente produtos industrializados e transformados em estrutura de mercados oligopolistas. A partir de sua formulação sobre determinação de preços, Kalecki deduz sua teoria da distribuição. Quando se eleva o nível de mark-up das empresas, a distância entre os preços e os salários se expande, o que consequentemente reduz o poder de compra dos trabalhadores (MINSKY, 1986). O modelo básico de conflito distributivo consiste de duas equações: uma para o lado das firmas e outra dos trabalhadores. A primeira equação diz respeito à taxa de crescimento dos salários nominais negociada pelos trabalhadores. Enquanto a segunda retrata o nível salarial definido pelas firmas de forma a manter o seu mark-up que sintetiza o poder de mercado da firma e grau de oligopolização. Elevações sistemáticas de preços derivam de

interesses conflitantes entre trabalhadores e capitalistas sobre a distribuição da renda agregada nacional, ou seja, na definição do nível de salários e no nível de lucros. O ajuste distributivo entre as partes se dá via mark-up. A inflação, então, vai depender do saldo de barganha entre trabalhadores e firmas ao definir um salário nominal desejado pelos trabalhadores e o desejado pelos capitalistas.

Minsky (1986) destaca que há inflação puxada pelos salários quando a taxa de crescimento salarial é superior ao aumento da produtividade da mão de obra. Há inflação impulsionada pelos lucros quando o crescimento do mark-up supera o crescimento da massa salarial. O autor destaca o contexto dinâmico da sociedade, onde elevações do mark-up e consequentes diminuições no poder de compra dos trabalhadores, levam forças sindicais a se mobilizarem. Quando a busca por recuperar o poder de compra dos trabalhadores se torna a regra, a economia se move para a inflação de salários (ARAÚJO et al, 2017).

O equilíbrio pode ser alcançado quando trabalhadores negociam maiores salários a uma taxa de crescimento “justa”. A fim de recuperar a sua margem de lucro, as firmas reajustam seus preços para cima. Essa dinâmica continua até o ponto em que os trabalhadores se sintam satisfeitos com o nível de salários (Bastian; Setterfield, 2015). Vale ressaltar que qualquer mudança na distribuição funcional da renda não implica necessariamente em um processo inflacionário. É necessário que alguma parte atue e aumente a sua participação da renda total, ao exercer seu poder de barganha.

2. Por que o impacto da inflação não é homogêneo?

2.1. Análise do impacto inflacionário nas classes sociais

A inflação exerce influência direta sobre a renda dos cidadãos em uma economia, afetando distintamente famílias de diferentes estratos sociais. Isso ocorre devido às discrepâncias nas condições de renda e nas expectativas para o futuro, o que, por sua vez, influencia as escolhas individuais de consumo e poupança (RANYARD et al., 2008). O impacto da inflação sobre cada indivíduo depende da composição de sua cesta de consumo. Ou seja, dependendo do mix de bens e serviços que o indivíduo escolhe consumir, o impacto da inflação será diferente. Pessoas mais pobres tendem a gastar parcelas maiores da renda com alimentos, enquanto o consumo de alimentos representa partes menores do gasto dos ricos. Momentos como a Pandemia de COVID-19, onde diversas partes do mundo conviveram com o aumento dos preços de alimentos e insumos básicos em ritmos mais elevados do que a recomposição da sua remuneração, quem sofreu mais foram as famílias com menor renda.

Este tipo de impacto inflacionário pode ser entendido como vertical, pois afeta de forma diferente pessoas com distintos rendimentos. É possível verificar esse comportamento da economia brasileira durante a pandemia no indicador de Inflação por Faixa de Renda (IPEA, 2021), onde vemos que, em 2021, a inflação acumulada para famílias de renda muito baixa (renda mensal familiar inferior a R\$.1650,00) foi de 9,2%, enquanto a inflação observada para famílias de renda alta (renda mensal familiar acima de R\$.9.000,00) foi de 6,5%. Essa pressão inflacionária foi consequência do aumento dos preços acumulados de alimentos (15,3%), da energia elétrica (16,2%) e do botijão de gás (24,2%). Vemos claramente que a inflação de insumos básicos para a vida impacta mais as famílias com cestas de consumo mais restritas.

TABELA 1 – Inflação por faixa de renda em porcentagem - Outubro de 2021

	Variação mensal			Variação acumulada	
	abr-21	mai-21	jun-21	Ano	Doze meses
Renda muito baixa	0,45	0,92	0,62	3,64	9,24
Renda baixa	0,42	0,88	0,60	3,83	9,04
Renda média-baixa	0,33	0,86	0,55	3,95	8,89
Renda média	0,26	0,82	0,52	4,00	8,21
Renda média-alta	0,20	0,75	0,44	3,82	7,32
Renda alta	0,23	0,49	0,36	3,37	6,45

Fonte: DMAC/IPEA, 2021

A mais atualizada publicação do indicador de Inflação por Faixa de Renda é de outubro de 2023. Superadas as adversidades da pandemia, com a reconstituição das cadeias globais de valor e puxada por um aumento da produção interna de alimentos (IPEA, 2023), este período foi marcado pelo arrefecimento da inflação. Esse contexto se traduz na melhora do poder de compra das famílias mais pobres, puxado pela queda dos preços das farinhas e massas; dos tubérculos; das aves e ovos; e dos panificados, cujas variações de -0,7%, 4,5%, -0,14% e -0,10, respectivamente registradas em 2023.

Entretanto, observamos um incremento na pressão inflacionária sobre as camadas sociais de maior renda, principalmente oriunda do setor de transportes. Este aumento é especialmente notável no reajuste de 23,7% nas tarifas de passagens aéreas, cujo aumento contrabalançou, de maneira significativa, o efeito positivo na inflação proveniente da redução de 1,5% nos preços dos combustíveis. Embora em menor escala, o acréscimo de 0,76% nos custos dos planos de saúde e de 0,38% nos serviços pessoais também contribui para explicar a pressão exercida pelos segmentos de saúde, cuidados pessoais e despesas individuais sobre a inflação neste estrato de renda mais elevada.

A composição da inflação de outubro/23 leva ao maior impacto inflacionário em famílias de renda alta (renda mensal familiar acima de R\$9.000,00) do que famílias de renda muito baixa (renda mensal familiar inferior à R\$1.650,00), ao contrário do primeiro caso analisado. Esse rápido exercício de comparação torna fácil a percepção de que a composição da cesta de consumo é variável chave para compreender a inflação. O impacto vertical da inflação é condicionado pelo comportamento dos níveis de preços da economia e a composição das cestas de consumo das famílias.

TABELA 2 – Inflação por faixa de renda em porcentagem – Outubro/2023

	Variação mensal			Variação acumulada	
	Ago./23	Set./23	Out./23	Ano	12 meses
IPCA	0,23	0,26	0,24	3,75	4,82
Renda muito baixa	0,13	-0,02	0,13	2,44	3,51
Renda baixa	0,18	0,08	0,13	2,94	4,05
Renda média-baixa	0,23	0,20	0,18	3,49	4,64
Renda média	0,29	0,32	0,22	4,05	5,18
Renda média-alta	0,32	0,37	0,23	4,38	5,52
Renda alta	0,24	0,57	0,55	4,96	5,79

Fonte: DMAC/IPEA, 2023

De forma consonante, o impacto da inflação também depende da recomposição do poder de compra das famílias por meio do ajuste de salários, como diz a Teoria do Conflito Distributivo apresentada anteriormente. Desde 1988, é garantido pela Constituição Federal que os salários mínimos sejam reajustados anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). No entanto, trabalhadores do setor informal não têm tal respaldo para garantir a manutenção do poder de compra. Em maio de 2022, o país registrou uma taxa de informalidade de 39,7% no mercado de trabalho (IBGE, 2022), ou seja, quase 40% da população ocupada não tem seus direitos de correção salarial garantidos. Outro ponto interessante é que pessoas com maior renda e ativos financeiros podem ser capazes de se proteger melhor contra a inflação, por exemplo, investindo em ativos que tendem a se valorizar durante a inflação (RANYARD et al., 2008).

Assim, não é difícil perceber que o aumento do nível de preços pode comprometer os padrões de vida digna e a garantia dos direitos humanos (ROSSI, 2022). Tipicamente a inflação com origem no aumento dos custos, como alimentação e energia, compromete quase a totalidade do poder de compra das famílias mais pobres, as mesmas famílias que tendem a estar inseridas na parte informal e mais precária do mercado de trabalho.

2.2. Análise do impacto inflacionário nos setores da economia

Um dos impactos da inflação é afetar a distribuição funcional da renda da sociedade em questão ao reestabelecer as proporções de lucros e salários. Em geral, a inflação por pressões de oferta leva a um aumento dos custos para as empresas, pois os preços dos insumos e matérias-primas podem aumentar mais rapidamente do que os preços dos produtos finais. Isso pode condicionar as empresas a aumentar seus preços para manter suas margens de lucro, o que pode levar, por sua vez, a uma redução da demanda e, portanto, dos lucros a longo prazo (RAYNARD, 2008).

Além disso, se a inflação for alta e persistente, os trabalhadores podem exigir aumentos salariais para compensar a perda de poder de compra, o que pode levar a um aumento dos custos para as empresas e, portanto, dos preços. Isso pode desencadear um ciclo vicioso de aumentos salariais e preços, conhecido como espiral inflacionária. Por outro lado, se a inflação for baixa e estável, os trabalhadores podem estar dispostos a aceitar aumentos salariais menores, o que pode ajudar a manter a inflação baixa.

No entanto, é importante notar que o impacto da inflação nos lucros pode variar dependendo do setor econômico e do tipo de empresa, pois a composição de custos das empresas de uma economia não é homogênea. Por exemplo, empresas com maior poder de mercado podem ser capazes de repassar os aumentos de custos para os consumidores com mais facilidade, mantendo suas margens de lucro. (DAVIDSON, 2011). Empresas que exportam seus produtos podem se beneficiar de uma inflação mais alta, pois seus produtos se tornam mais competitivos no mercado internacional. Setores que dependem mais de matérias-primas importadas, ao contrário, tendem a ser mais afetados pela inflação, pois a desvalorização da moeda pode aumentar os custos de importação. Firms que dependem mais de mão de obra intensiva, como o setor de serviços, podem ser mais afetadas pela inflação, pois os salários podem aumentar mais rapidamente do que a produtividade. (DAVIDSON, 2011). Produtoras de bens de luxo ou produtos com alta elasticidade-preço podem ser menos afetados pela inflação, pois seus clientes podem estar dispostos a pagar preços mais altos. Em resumo, o efeito da inflação sobre lucros e salários pode ser complexo e variar dependendo do contexto econômico específico. (RAYNARD, 2008).

2.3. - Impacto diferenciado da inflação: estudo de caso do mercado de trabalho brasileiro

O aumento generalizado dos preços não é um fenômeno novo para as famílias brasileiras, que enfrentaram expressivas crises de inflação durante a década de oitenta do século passado. A superação da conjuntura inflacionária, característica da década perdida, acontece a partir de um processo de estabilização em meados de 1994, que foi atingido por meio de privatizações do setor público, liberação do comércio exterior e reestruturação do sistema financeiro, de forma a criar um “ambiente econômico verdadeiramente competitivo” (FRANCO, 1995). O plano foi abrir a economia doméstica, de forma a acumular reservas internacionais. Essas divisas permitiram a instauração da âncora cambial, que é a determinação da equivalência entre o valor da moeda nacional e o dólar. O Plano Real foi como essa estratégia de controle da inflação ficou conhecida. No entanto, a estabilidade baseada na âncora cambial não era sustentável ao longo prazo, uma vez que o país incorre em sucessivos déficits comerciais. Por esse fator, somado à crise de desconfiança quanto às moedas artificialmente valorizadas e as sucessivas crises de países emergentes, o Banco Central foi forçado a abandonar o regime de câmbio flutuante (BOGDANSKI, 2000).

A nova frente de combate à inflação instituída pelo Banco Central em 1999 foi o regime de metas de inflação. O regime de metas de inflação foi entendido como capaz de fornecer uma âncora nominal tanto para a política monetária, quanto para as expectativas de inflação. Essa nova estrutura de política econômica é consonante à análise econômica do NCM, onde, para alcançar as metas pré-estabelecidas e divulgadas ao público, o BC mobiliza a taxa de juros. O uso da taxa de juros é feito de forma a controlar a demanda de uma economia, freando uma inflação tipicamente de excesso de demanda.

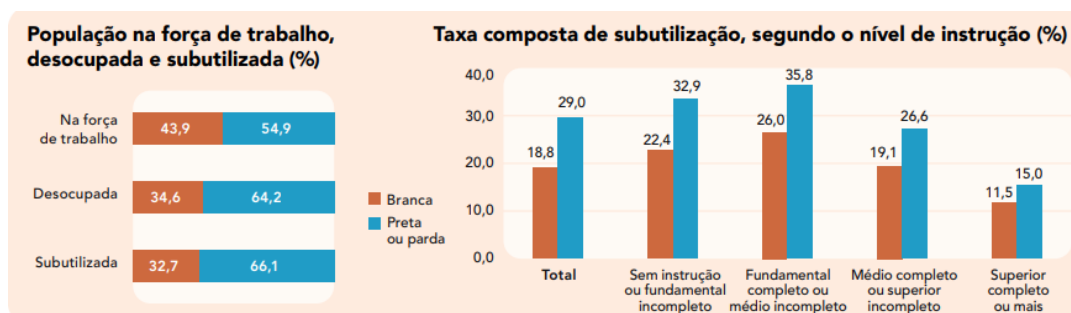
Todavia, a ideia de uma inflação de demanda do NCM parte do modelo teórico de se alcançar uma taxa de desemprego não aceleradora da inflação (NAIRU), associada ao pleno emprego (BLANCHARD, 2011). Mas, na conjuntura brasileira, o pleno emprego não é uma realidade, como apontam os dados da PNAD 2021, em que 33,2 milhões de pessoas estavam em situação de subemprego (desempregadas ou subocupadas). Estipular metas de inflação baseadas em um mercado de trabalho marcado por brechas claras - como o escoamento constante de trabalhadores para o setor informal e subempregos - e constantes pressões distributivas, não parece ser a forma mais “humanitária” de combate à inflação. Aumentos da taxa de juros com propósito de estrangular a demanda, em uma sociedade desigual marcada pelas altas taxas de desemprego e baixos salários, podem levar à exacerbação de desigualdades já existentes (SEGUINO et al, 2012). Nesse contexto, políticas que estimulam a demanda, que vão no sentido contrário do proposto pelo regime de metas de inflação, acabam por aumentar o nível de emprego e de renda (ROSSI, 2022).

Ao pensar o Brasil como um país com oportunidades diferentes para negros e brancos, foram realizados, a partir da década de 1980, diversos estudos que buscam evidenciar tais desigualdades. O estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2022)¹ mostra que tais discriminações ainda são vistas na atualidade. A pesquisa aponta que a taxa composta de subutilização² é de 29% para pretos e pardos, enquanto atinge 18,8% para brancos. Do total de pessoas na categoria desocupada, 64% são negros. Da categoria de pessoas em situação de subutilização da força de trabalho, 66,1% são negros. Esses dados nos mostram como os negros ainda são maioria à margem do mercado de trabalho.

¹ Dados da pesquisa provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2021)

² Soma das populações subocupada por insuficiência de horas, desocupada e força de trabalho potencial (IBGE, 2022)

GRÁFICO 1 – Composição racial do mercado de trabalho

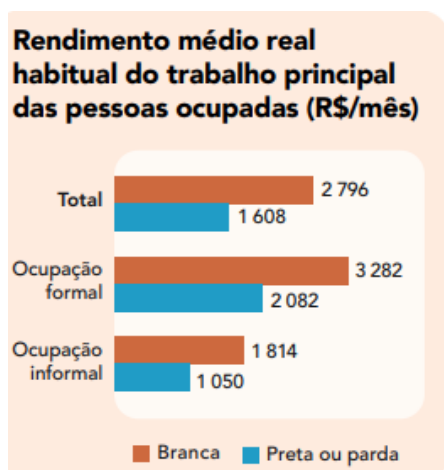


Fonte: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2022)

Quando se analisa a diferenciação de salários entre brancos e negros, os dados são mais gritantes. A mesma pesquisa aponta que em 2018, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$2.796,00) foi 73,9% superior ao dos negros (R\$1.608,00). O rendimento do trabalho é a fonte de renda das famílias para aquisição de bens e serviços. Essa diferenciação de ganhos não é uma surpresa, mas sim uma tendência verificada em toda a série histórica disponibilizada pelo IBGE. Esse tipo de desigualdade é chamado de horizontal, pois vemos essas diferenças entre pessoas de mesmo rendimento.

Outro aspecto importante para a análise da conjuntura brasileira é o mercado informal de trabalho. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2021 (PNAD-C, 2021) apontam que 33,2 milhões de pessoas estavam em situação de subemprego (desempregadas ou subocupadas). O mercado de trabalho brasileiro é por brechas claras, o escoamento constante de trabalhadores para o setor informal e subempregos é a prova concreta disso. Trabalhadores submetidos a tais condições laborais tradicionalmente recebem menos do que os trabalhadores de carteira assinada. Vemos que um indivíduo branco que trabalha no mercado formal (R\$ 3.282,00) recebe 67% a mais que um trabalhador negro que atua no mercado informal (R\$ 1050,00).

GRÁFICO 2 – Rendimento mensal médio por raça



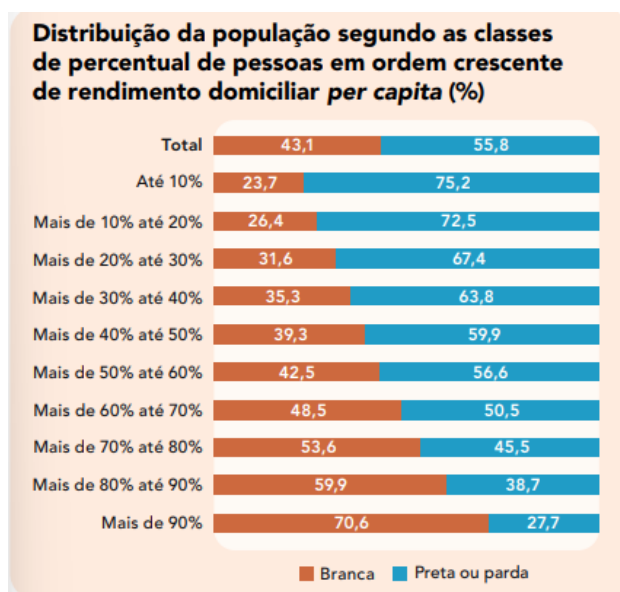
Fonte: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2022)

Como discutido na seção anterior, a composição das cestas de consumo das famílias depende do rendimento das famílias. A proposta desse trabalho é avaliar as diferenças entre as cestas de consumo de brancos e negros e entender o seu comportamento com a flutuação da inflação. Pessoas mais pobres tendem a gastar parcelas maiores da renda com alimentos, enquanto o consumo de alimentos representa partes menores do gasto dos ricos. Verificar se a composição

da cesta de consumo de brancos e negros é comparativamente diferente ao ponto de o impacto da flutuação de preços afetar negros e brancos de formas diferentes.

No quadro abaixo podemos ver que as pessoas nos decimos mais baixos de renda são majoritariamente negras. Tipicamente a inflação com origem no aumento dos custos, como alimentação e energia, compromete quase a totalidade do poder de compra das famílias mais pobres, as mesmas famílias que tendem a estar inseridas na parte informal e mais precária do mercado de trabalho. O que todos esses dados nos levam a crer é que as famílias que possuem menores rendimentos, estão presentes nas sub ocupações e informalidade e sofrem mais com o impacto inflacionário, dada a composição social brasileira, são em sua maioria famílias negras.

GRÁFICO 3 – Distribuição da população por decimo de rendimento segundo raça



Fonte: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2022)

Considerações finais

A inflação é um fenômeno complexo com diversas origens possíveis. A escola Monetarista coloca que toda inflação tem origens a partir de excesso de demanda, tipicamente vindo de emissão monetária descontrolada. Por outro lado, a linha de pensamento keynesiana coloca que a inflação pode ter outras origens, como restrições na oferta, mudança da relação de câmbio/moeda nacional e mudanças na produtividade da economia. Por último, investigou-se a interpretação da inflação a partir da Teoria do Conflito Distributivo, que aponta que a inflação é resultado direto da definição da distribuição funcional da renda e do conflito de interesses entre capitalistas e trabalhadores.

A variação do nível de preços afeta de formas diversas a economia. Quando se analisa o setor produtivo, vemos que o efeito da inflação depende da composição de custos de cada empresa. Quando pensamos no impacto inflacionário sobre os indivíduos, precisamos considerar a composição da sua cesta de consumo. De forma concisa, o impacto da variação dos níveis de preço afeta as classes sociais de forma diferenciada porque as suas cestas de consumo são diferentes.

A composição da cesta de consumo dos indivíduos depende da sua renda disponível. Uma pequena investigação sobre o mercado de trabalho brasileiro mostra que os negros os negros estão

concentrados nas classes sociais de menor rendimento e estão menos protegidos da inflação, logo, o impacto da inflação não é igual sobre negros e brancos.

Referências

ARAÚJO, R. F. et al. Moeda e inflação: uma contribuição a partir de Keynes e pós-keynesianos. *Revista Debate Econômico*, v.5 p.4-22, 2017

ARCAND, J.-L.; D'HOMBRES, B. Racial discrimination in the Brazilian labour market: wage, employment and segregation effects. *Journal of International Development*, v. 16, n. 8, p. 1053–1066, 2004.

Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/358/noticia>. Acesso em: 5 nov. 2022.

CAMPEDELLI, A. L. A inflação brasileira: uma interpretação do fenômeno sob ótica do conflito distributivo entre 1999-2018. Tese Doutorado UNICAMP. Campinas 2022

Consumer Price Index Manual. International Monetary Fund. . Disponível em: <https://www.imf.org/en/Data/Statistics/cpi-manual>. Acesso em: 5 nov. 2023

BERTELLA, M. A.. Modelos de crescimento kaleckianos: uma apreciação. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 27, n. 2, p. 209–220, abr. 2007.

DAVIDSON, P. (2011). *Post Keynesian macroeconomic theory: a foundation for successful economic policies for the twenty-first century*. 2nd ed. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar, 2011.

Does it Matter Who Answers the Race Question? Racial Classification and Income Inequality in Brazil on JSTOR. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3004014?seq=1>. Acesso em: 9 jun. 2023.

DUTT, A. K. Conflict inflation, distribution, cyclical accumulation and crises. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 8, n. 4, p. 579–597, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1

FRANCO, G. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 – POF*. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor - Estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-18*. Rio de Janeiro, 2020

Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

IPCA.PDF, MANUAL. manual IPCA.pdf. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-kggtiIjvy_obB2pSwa9BXzKLLuWepgP/view. Acesso em: 20 jun. 2023.

KALECKI, M.. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- KEYNES, J.M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.
- LAVOIE, M. Post-Keynesian economics: new foundations. Aldershot: Edward Elgar Publishing, 2014.
- LOPREATO, F. L. C. Caminhos da política fiscal do Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- MARQUES, M. S. B. Uma resenha das teorias de inflação. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 185–223, abr./jun. 1987.
- MARTINS, I. P. G.; FARHI, M. Políticas Macroeconômicas Pós-Crise, Mainstream e a Inserção Do Pensamento Novo Keynesiano. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). UFRJ, Rio de Janeiro, 03 a 05 de Agosto de 2011.
- MINSKY, H. P. (1986). Stabilizing an Unstable Economy. New Haven: Yale University Press
- MODENESI, A.M. Regimes Monetários, Teoria e a Experiência do Real. 1. ed. Barueri: Manole, 2005
- Monetary Tightening and the Dynamics of US Race and Gender Stratification on JSTOR. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23245191>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2019 – PNAD. Rio de Janeiro, 2019.
- Primeiros Resultados Pesquisa de Orçamentos Familiares. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>.
- RANYARD, Rob et al. Perceptions and expectations of price changes and inflation: A review and conceptual framework. Journal of Economic Psychology, v. 29, n. 4, p. 378-400, 2008.
- SALATA, A. Race, Class and Income Inequality in Brazil: A Social Trajectory Analysis. Dados, v. 63, n. 3, 2020.
- SANTOS, Jonathan et al. Teorias sobre inflação: uma breve resenha descritiva e didática da literatura. Uma introdução ao tema. Nexos Econômicos - PPGE/UFBA, v. 14, p.94 - 110, 2020
- SILVA, Rafael S. A, Do Monetarismo à Teoria Monetária Moderna: moeda, juros e inflação no Brasil (2015-2021). Monografia IE-UNICAMP, 2021
- SNOWDON, Brian.; Vane, H. A modern guide to macroeconomics: an introduction to competing of schools thought. Coautoria de Howard R Vane, Peter Wynarczyk. Aldershot: Edward Elgar, c1994. 460p., il. ISBN 1852788844 (enc.).
- U.S. CENSUS BUREAU. 2020 Census Illuminates Racial and Ethnic Composition of the Country. Disponível em: <https://www.census.gov/library/stories/2021/08/improved-race-ethnicity-measures-reveal-united-states-population-much-more-multiracial.html>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- ANDREIA, M.; LAMEIRAS, P. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210713_cc_52_nota_5_inflacao_por_faixa_de_renda_jun21.pdf. Acesso em: 8 nov. 2022.

Bogdanski, J.; Tombini, A.; Werlang, S. (2000). Implementing Inflation Targeting in Brazil. Banco Central do Brasil, Texto para Discussão n. 1